

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 11 DE DEZEMBRO DE 1998

*Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça, Deputado Renan Calheiros; Senhores Ministros de Estado; Senhor Procurador-Geral da República; Senhores Senadores; Deputados; Embaixadores; Senhor Presidente da Funai, Doutor Sullivan Silvestre; Senhores Líderes indígenas, aqui representados pelo Cacique Raoni; Senhoras e Senhores,*

Creio que as palavras do Presidente da República são apenas para reafirmar o regozijo e a satisfação por termos cumprido compromissos que não são meus, são do País, para com os indígenas, e para cumprimentar o Ministro, a Funai e, principalmente, os povos indígenas, que estão logrando a obtenção de seus direitos imemoriais.

Eu me recordo, ainda, na época da Assembléia Nacional Constituinte, e aqui está presente quem participou dessa luta pelas terras indígenas, de que estávamos muito ativos, o Deputado Fábio Feldman e o Márcio Santilho, que era um dos mais insistentes. Eu era um dos relatores adjuntos da Constituinte. Aqui temos outras testemunhas desse período, o meu amigo Paulo Afonso, que aqui está, e que assistiu de perto ao que foi a dificuldade para nós nos entendermos a respeito de certas

questões, que eram óbvias, mas até se traduzir o óbvio em letra de lei, em letra de Constituição, é muito difícil.

Mas todos nós assistimos, naquele momento, ao início de um reconhecimento formal do acesso e do direito à terra, por parte dos indígenas. Só para discutir o que significava “imemorial”, levamos meses. Porque a palavra, na Constituição, pode ter um significado muito diferente da percepção comum, e pode resultar em danos ou em vantagens. Ou, às vezes, pode ser, simplesmente, o que é justo para aqueles que são compreendidos pelos artigos da Constituição.

Depois disso, a luta enorme para a homologação e, logo, a demarcação. Luta, primeiro, porque há interesses objetivos, expressos na ocupação da terra; segundo, porque há incompreensões subjetivas, que movem as pessoas; terceiro, porque às vezes há desconhecimento, mesmo, por parte dos que, com boa vontade, querem resolver as questões.

Quando o Ministro Jobim – depois do decreto do ex-Presidente Collor, que assegurava uma forma de demarcação – mostrou que era impossível seguir sem que houvesse a possibilidade do contraditório, porque tudo seria anulado pelo Supremo Tribunal Federal, não faltaram vozes críticas.

Eu próprio, como fundador que fui – como meu cunhado, Roberto Cardoso de Oliveira, que é mais moço que eu, então não sei se foi fundador – da Associação Brasileira de Antropologia – mas a Ruth foi, também – ficava espantado como era possível pensar que a intenção fosse a de não dar os direitos, quando a intenção era, na verdade, a de assegurar direitos.

Mas é assim mesmo. As pessoas não entendem corretamente, é difícil. Recebi, pelo mundo afora, memoriais de antropólogos – antropólogos e pessoas de boas intenções, em defesa das boas causas – que não tinham a menor noção do procedimento jurídico no Brasil, protestando. O resultado do protesto é, hoje, tranqüilo, porque é mostrar que nós fizemos o que tinha que ser feito: cumprimos a lei e asseguramos aos indígenas os direitos que lhes correspondem.

Era preciso passar por uma revisão – revisão que foi feita, com todo critério – para assegurar, definitivamente, a demarcação, a homologa-

ção e a demarcação. Está quase tudo feito, quase tudo. Falta ainda demarcar, continuaremos demarcando.

Muitas vezes, não só fora do Brasil, mas no Brasil, também, há quem questione por que tanta terra para tão poucos índios. É por que não sabem das coisas. Não sabem, primeiro, que os índios têm direitos. Segundo, que precisam de terra para a reprodução dos seus valores culturais, do seu modo de vida. E terceiro porque é, também, uma melhor maneira de preservar a natureza.

Portanto, há boas razões para que sejamos, até, amplos na concessão de terras. E “concessão” é uma palavra mal expressa porque, na verdade, trata-se de garantir essas terras aos povos indígenas. Eu creio que hoje, progressivamente, foi havendo uma convergência, e as pessoas de boa-fé sabem que estamos fazendo o possível e o impossível para que haja, realmente, a garantia das terras indígenas.

Isso não quer dizer que o Governo deva cruzar os braços, dizendo apenas que cumpriu o seu dever legal. Nós temos deveres morais, temos deveres para com a formação da nacionalidade e temos deveres até mesmo para com a humanidade. E a presença das populações indígenas, na forma como elas estão sendo acolhidas hoje pela comunidade brasileira, faz parte também de uma luta em defesa dos direitos humanos, porque essas populações são depositárias de uma espécie de memória da civilização, precisam ser preservadas no seu ambiente.

Preservar não significa, no mundo de hoje, ser intocado, mas significa dar a garantia de que as suas tradições possam ser mantidas e dar opções para que eles mantenham as suas tradições, se assim for o desejável e se assim for o caso.

Só quem não tem noção do que sejam as culturas é que imagina que elas são intocadas. Toda cultura muda, muda o tempo todo. São da natureza humana e da produção do espírito humano as mudanças. O que não é natural é que as mudanças sejam impostas ou que não se dêem condições para que as opções culturais ocorram.

O que cabe a nós do Governo é criar as condições para que as opções naturais existam e não sejam fruto da imposição, por maior que seja a vontade da construção de uma outra civilização ou de uma outra cultu-

ra. Não é o caso. O caso, aqui, é da convergência e da convivência de alternativas culturais.

Acho mesmo – e apenas repito o que tenho dito, nos últimos anos, no exercício da Presidência – que uma das vantagens que o Brasil como nação, como uma sociedade organizada, tem é a de manter dentro de si essa pluralidade. Pluralidade que tem sido hoje reconhecida, até formalmente, nas várias dimensões que ela contém. E contém muitas. Contém, por exemplo, os povos africanos, que tiveram aqui seus quilombos. Hoje, os quilombolas estão tendo as suas terras asseguradas, para que possam preservar, também eles, o seu modo de resistência ao tipo de exploração a que foram submetidos no passado.

Pluralidade que significa também a existência de muitas tradições européias, que se incorporaram ao Brasil – polacos, húngaros, japoneses, coreanos, e por aí vai – e que têm direito a viver como bem desejarem, aqui, nessa convivência que tem que ser democrática e, portanto, harmoniosa, mas, às vezes, contraditória, às vezes, com opções em que uma tenta ser diferente da outra, se opõe à outra. Isso não pode ser fruto de uma imposição.

A formação do Brasil é uma formação que é plural e que obriga, justamente, à manutenção dessa pluralidade. Tradição que é também a da existência da pluralidade de nações, de grupos indígenas, que têm suas culturas e que também divergem entre si, que às vezes guerreiam entre si – no passado, se guerreava muito –, que têm maneiras de ver diferentes e que aí estão.

Acho que é essa a força, se posso assim dizer, da cultura brasileira, que é formada por essa diversidade convivendo em harmonia e, de vez em quando, se desentendendo também, porque isso faz parte da evolução, faz parte da história. E, quanto possível, os conflitos têm que ser resolvidos de uma maneira que dê a possibilidade da continuidade dessa espécie de sociedade que é mais plástica, que aceita a pluralidade.

De modo, Ministro, que, ao felicitá-lo – e o faço com calor, porque realmente sei do seu empenho, como foi o empenho também dos ministros anteriores, como o Ministro Jobim – eu já não agüentava mais vê-lo discutir nos mapas comigo nomes indígenas que eu não conhecia.

Só Raposa, Terra do Sol. “Faz aqui. Faz ilha. Não faz não-sei-o-que-lá”. Eu já não agüentava mais. Mas é assim que se consegue, pouco a pouco, convencer uns aos outros, fazer com que os outros interesses, os não-índios, acabem aceitando aquilo que é justo para os índios e se tenha um resultado que pode permitir essa continuidade em boa convivência.

E eu faltaria ao meu dever se não dissesse também que houve apoio internacional para essas demarcações, que nós queremos que esse apoio se mantenha. A cooperação do PPG-7, que se chama assim – não é isso? – é importante para que nós possamos fazer mais depressa a demarcação. Acho que, agora, a presença das organizações não-governamentais, as ONGs, no esforço de demarcação é importante. Eu sei o que aconteceu, recentemente, lá no Alto Rio Negro, na demarcação de uma área imensa, com o incentivo de organizações não-governamentais. Acho que passou a época em que Estado e não-governamentais guerreavam. É preciso que os dois se unam para resolver os problemas das populações que precisam de solução.

Acho, portanto, que nós temos as melhores condições para terminar essa obra de demarcação e para que nós possamos deixar que as populações indígenas continuem florescendo, expandam-se demograficamente e façam suas opções culturais sempre dentro desse espírito de harmonia. Repito: harmonia que não seja o significado de uma imposição, mas que seja o significado dessa aceitação um do outro. E uma da outra também e um da outra e outra de um.

Muitíssimo obrigado.

